

15 FEB 1989

A exatamente um mês da passagem do poder, enquanto arruma gavetas e papéis, o presidente José Sarney deixou também redigida uma última mensagem ao Congresso, que corresponde ao balanço da sua administração.

Governantes costumam ser generosos consigo mesmos quando chega a hora de fazer a prestação de contas; e o governo Sarney, de qualquer forma, inclui realizações políticas importantes. Mas é preciso lembrar que este foi o governo final de uma transição que se arrastou muito além do necessário — iniciada no governo Geisel, continuada na administração Figueiredo e completada na atual.

Coube ao presidente Sarney fechar o ciclo; e ele pode, assim, alinhar como episódios do seu mandato o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, a reforma na lei eleitoral que conduziu à plena liberdade de organização partidária, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e, finalmente, a realização de uma eleição presidencial direta no ano histórico do centenário da República.

Eram fatos que estavam na ordem natural das coisas; o que não impede o presidente de regozijar-se com essas coincidências favoráveis. As eleições foram limpas e livres (tão livres que, à última hora, o Tribunal Superior Eleitoral teve de intervir para retirar os que não tinham comprado passagem no trem eleitoral). O Congresso Nacional — diz a mensagem do presidente — dispõe hoje de poderes inéditos na história da República; e a plena liberdade de opinião induziu a população brasileira a participar do debate nacional em todos os níveis.

A economia, em cinco anos, também deixou

patente a vitalidade do país, que resiste a todas as crises (e a todos os governos); a mensagem presidencial anota um aumento real do PIB de quase 25%, e um aumento em 12% da renda *per capita*. O presidente destaca a obtenção de grandes safras agrícolas, e o fato de que o Brasil tem o terceiro saldo comercial do mundo, onde os produtos industrializados respondem por 60% das exportações.

O que faltou dizer? Que a idéia de liberdade entendida equivocadamente deixou a burocracia estatal com as mãos livres para envolver o país numa teia de restrições. Se o Brasil continua a fazer boa figura em termos de exportação, nossos produtos perdem progressivamente em competitividade, porque não podem incorporar as novidades tecnológicas que se sucedem diariamente no mundo desenvolvido.

O presidente afirma, em sua mensagem, ter procurado “assegurar aos menos favorecidos defesa contra os ventos de uma economia em tempestade”. Não se pode duvidar das suas intenções. Mas a prometida política de desestatização ficou nos prolegômenos. Com isto, a máquina do Estado inchou muito além do aceitável; e o subproduto desse inchaço foi a inflação galopante que atinge sobretudo os mais pobres no seu dia a dia. Imensa e ineficiente, a máquina do Estado está repleta de áreas mortas, de correias rompidas, de arestas e desvãos. Corrigir essas deformações é a missão urgente do governo que vai começar. Ao governo que sai, resta o consolo de passar o poder dentro do ritual democrático. Em termos brasileiros, isto não tem sido comum. Já é alguma coisa.